

sessões do MAGNÁRIO

VOL. 21 | N. 36 | 2016 | <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3710.2016.2>



CURTA NOSSA
PÁGINA



Dossiê TV Pública

**Kitsch: ética, estética e
gosto popular**

Solange Wajnman

P. 115

**TV Pública:
Culturas e Regionalidades**

Ana Luiza Coiro Moraes e Nádia Maria Weber Santos

P. 27

**A cidade, a vida nervosa e
as doenças mentais**

Denise Cristina Ayres Gomes e Roberto Ramos

P. 126

Inside Job: uma análise da construção social da realidade econômica

Inside Job: an analysis of the social construction of economic reality

Anselmo Carvalho de Oliveira¹ 

Resumo

Esta resenha se baseia em conceitos da sociologia do conhecimento desenvolvidos por Peter Berger e Thomas Luckmann no livro a Construção Social da Realidade (1985) para analisar o filme Inside Job. No livro, os autores analisam constantes sociológicas que permitem compreender como o conhecimento sobre o mundo é construído e estruturado. Assim, é possível nos apropriarmos dessas constantes com o objetivo de compreender e reconhecer como a economia é uma instituição que possui seu cabedal próprio de conhecimentos, um pessoal responsável por transmitir e legitimar esse conhecimento em um conjunto lógico e coerente e com expressivas consequências para a apreensão dos fenômenos sociais da vida comum.

Palavras-chave

Instituição; sociologia do conhecimento; economia; crise financeira.

Abstract

This review is based on concepts of sociology of knowledge developed by Peter Berger and Thomas Luckmann in the book Reality of Social Construction (1985) to analyze the film Inside Job. In the book, the authors analyze sociological constants that allow us to understand how knowledge about the world is built and structured. Thus, it is possible to appropriate these constants in order to understand and recognize how the economy is an institution that has its own body of knowledge, a staff responsible for transmitting and legitimize this knowledge in a logical and coherent whole and with significant consequences for the apprehension of social phenomena of ordinary life.

Keywords

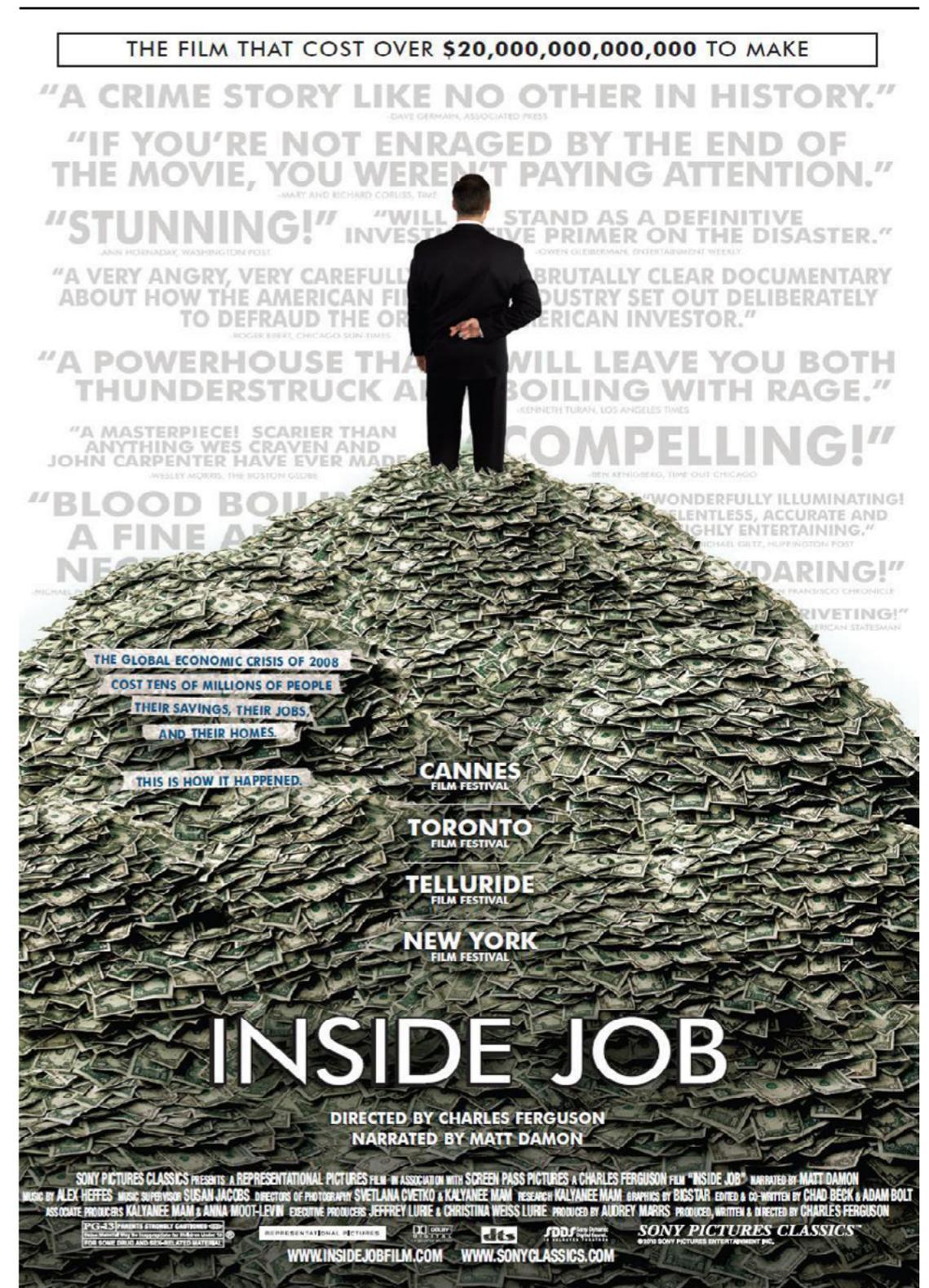
Institution; sociology of knowledge; economy; financial crisis.

Inside Job é um documentário produzido em 2010, realizado por Charles Ferguson e narrado por Matt Damon, que tem como objetivo compreender as razões que levaram à crise do sistema financeiro americano que, por consequência, levou à bancarrota a economia mundial em sua pior crise desde 1929.

A introdução do filme deixa transparecer o que será discutido: o porquê de a crise ter acontecido, o seu desenvolvimento e as consequências para as economias mundiais e a quem podem ser atribuídas responsabilidades. Para isso, o filme se desenvolve de forma pedagógica em cinco partes: I. Como chegamos a este ponto, II. A bolha 2001-2007, III. A crise, IV. Responsabilidade, V. Onde estamos agora.

O filme é uma dura crítica ao neoliberalismo e às suas prescrições políticas e econômicas. O documentário mostra que a crise não foi um acontecimento imprevisível e inevitável, mas o resultado do domínio econômico das grandes corporações e da sua legitimação pela teoria econômica hegemônica. A possibilidade de uma crise do sistema financeiro já havia sido levantada por alguns economistas, que, no entanto, foram “esquecidos” porque eram vozes discordantes do *status quo* dominante.

O documentário começa mostrando como a Islândia, considerada um país rico e com alto padrão de vida, quebra ao adotar as prescrições neoliberais de privatizações e de desregulamentação do sistema bancário. O exemplo islandês é emblemático: no início dos anos 2000, o governo adotou uma política de privatização e desregulamentação do sistema bancário. Os três principais bancos do país, então, começaram a fazer empréstimos de risco e alavancagem no mercado internacional, fazendo com que emprestassem dez vezes mais do que o produto de toda a economia islandesa. Mesmo



assim, as agências internacionais de risco (todas elas americanas) avaliaram os bancos islandeses com *rating* máximo (AAA) a poucos meses da sua bancarrota. Quando esses bancos faliram, a economia islandesa entrou em severa recessão, cujas consequências atingiram fortemente o povo, com o desemprego triplicando em apenas seis meses da crise, o corte de gastos e de benefícios sociais e a recessão da economia.

A partir dos séculos XV e XVI, o modo de produção capitalista desenvolveu-se na Europa. Com o novo método de produção surgiram inúmeros problemas relacionados à organização da sociedade e à legitimação da nova ordem. No final do século XVII e durante o século XVIII, os Estados europeus, em sua grande maioria, eram governados por monarquias associadas aos interesses da nobreza e da Igreja. A burguesia, detentora de grande parte dos recursos financeiros e de capital, começou a ver o governo monárquico como um empecilho aos seus interesses econômicos e passou, então, a construir um discurso de legitimação para a sua posição de independência.

Nesse período, surgiu a teoria econômica com os economistas clássicos (entre os quais se destacam Adam Smith, David Ricardo e Jean Batista Say), que pretendia ser científica, para explicar o funcionamento da economia. Tal perspectiva era, ao mesmo tempo, uma narrativa para impedir a intervenção dos governos na atividade econômica da burguesia.

Para os economistas clássicos, os governos, por sua falta de capacidade inerente, apenas atrapalham o desenvolvimento econômico ao intervirem de modo incorreto na economia, o que impede a iniciativa privada e fere a liberdade dos indivíduos. Por outro lado, o mercado é capaz de se autorregular por meio de “mão invisível”, a lei da oferta e da de-

manda. O mercado autorregulado seria a forma de organização ótima da economia, seja porque é mais eficiente na produção e distribuição das mercadorias, seja porque é a expressão máxima da liberdade de propriedade, da iniciativa humana e da liberdade.

Com o passar do tempo, a organização imposta pela burguesia à economia e à sociedade se tornou uma das instituições dominantes no mundo ocidental (para Marx, a economia é o centro da vida das pessoas no capitalismo, porque tudo se torna uma mercadoria que pode ser comercializada). É uma instituição no sentido proposto por Berger e Luckmann (1985, p. 84): tem como base a tipificação de ações habituais por tipo de atores específicos que executam essas tipificações. Em um primeiro momento, poder-se-ia apontar essa tipificação nos papéis representados pelo burguês, pelo nobre, pelo proletário e pelo camponês. Com os desdobramentos posteriores do capitalismo e com a crescente divisão social do trabalho, essas tipificações vão se tornando mais complexas, e surgem novos papéis e subuniversos complexos de significação. Assim, o modelo de economia capitalista institucionaliza-se e passa a ser visto pelas pessoas comuns e por grande parte da comunidade acadêmica como uma facticidade histórica e objetiva.

O capitalismo, como todas as instituições, desenvolve mecanismos de controle e de legitimação. A Teoria Econômica Clássica e os seus desdobramentos nas Teorias Neoclássicas seria uma resposta teórica para problemas econômicos e políticos enfrentados pela burguesia e uma forma de legitimação de um modelo de capitalismo desregulamentado, no qual o governo participa cada vez menos, como já era desejado no século XVIII. No entanto, como o filme mostra, foi a aplicação prática de um capitalismo desregulamen-

tado que culminou na crise de 2008. Para deixar claro que foi a desregulamentação a principal causa da crise, o documentário apresenta rapidamente o caso da Islândia (discutido acima) e o caso do breve período de economia regulamentada e bem-estar social vividos nos EUA após a Segunda Guerra Mundial. Em seguida, mostra como o processo de modificação das legislações que regulamentavam o sistema financeiro americano, iniciado no governo do republicano Ronald Regan (1981-1989), passando pelo governo Bush (1990-1993), e intensificado nos mandatos do democrata Bill Clinton (1994-2001) e do republicano Bush filho (2002-2009), levaram à quebra da economia mundial.

A Teoria Econômica é uma forma de objetivar a estrutura dentro da qual a economia é conhecida e transmitida às gerações futuras. No entanto, é importante notar que esse conhecimento, hoje em dia, não pode ficar restrito aos círculos herméticos de iniciados, ele precisa atingir a todos, porque é ele que organiza grande parte da ordem social no mundo contemporâneo. Para abranger todos os indivíduos da sociedade, a transmissão desse conhecimento exige um aparelho social com um processo “educacional”, através do qual os significados são reimpressos e memorizados na consciência do indivíduo, em que esse conhecimento adquire o caráter de fórmulas facilmente memorizáveis (por exemplo, “juros altos destroem a economia”, “inflação alta prejudica os trabalhadores”, “é preciso poupar para crescer” etc.). O conhecimento sobre economia, assim, é organizado por especialistas, os economistas, e transmitido para novos especialistas dentro do mundo acadêmico e difundido para convencer outros (os de fora) de forma persuasiva e formular pela propaganda.

É importante ressaltar o papel desempenhado pelo “economista”. Com o crescente excedente



ASSISTA AO VÍDEO



econômico, produzido atualmente, e com a elevada especialização criada pela divisão social do trabalho, o economista torna-se um profissional extremamente particularizado, que se ocupa da “teoria pura” para fabricar “explicações” (que, muitas vezes, poderíamos chamar de “mitos”) para os problemas econômicos comuns das sociedades contemporâneas. O economista, assim, representa um papel simbólico da ordem institucional (ao lado de outros papéis significativos como o do capitalista, acionista, trabalhador assalariado etc.), que é o mediador do acervo comum do conhecimento socialmente objetivado no sentido de conhecimento teórico, mas também no sentido de “conhecimento” dos valores, normas e emoções que são necessárias para o desempenho “exterior” da sua função (Berger; Luckmann, 1985, p. 106-107).

A especialização do economista torna-se cada vez mais esotérica, no sentido de que é acessível apenas aos que passaram por um longo processo de “iniciação”, que consiste na educação formal ofertada nos cursos de economia. Esse conhecimento, portanto, não é acessível totalmente às pessoas comuns, que, por essa razão, são desencorajadas de tomar decisões econômicas que organizem a sua vida, por “desconhecerem” como a economia funciona. Ao contrário, devem seguir prescrições de profissionais especializados, que oferecem conselhos por meio de consultorias privadas para quem pode pagar, por meio de consultorias de investimento bancário, em fundos de investimentos, em firmas que vendem produtos financeiros e, também, para os mais desavisados, nos meios de comunicação em massa, como a TV.

A consequência disso é que a forma como as pessoas controlam o seu dinheiro é orientada por economistas que são pagos (com vultosas somas mone-

tárias) pelos que têm interesse em maximizar seus próprios lucros. O filme mostra bem essa situação, na qual bancos vendem produtos financeiros aos seus clientes, mas eles próprios apostam contra esses produtos (ou seja, o banco ganha se o cliente perde). Ao mesmo tempo, esses produtos financeiros “podres” eram avaliados pelas agências de riscos, que estão no centro da legitimação da economia de mercado contemporânea, com o seu poder de julgar a qualidade dos produtos financeiros oferecidos por quase todas as instituições do mundo como excelente (mesmo a algumas semanas da quebra do Lehman Brothers sua liquidez era avaliada com *rating* máximo etc.).

Os casos de “promiscuidade”² entre os “economistas”, que controlam o conhecimento e atribuem “lógica” ao mundo da economia, os políticos, que têm poder de impor políticas com impacto nas diversas áreas da sociedade, e os donos do capital financeiro, que têm como objetivo maximizar seus lucros, são desnudados no filme e mostram como as diversas instituições da sociedade são reorganizadas e integradas de forma a aumentarem e legitimarem os lucros das grandes corporações. O filme demonstra como os presidentes americanos, fartamente financiados pelos grandes grupos financeiros e empresariais, indicaram sucessivamente pessoas ligadas a essas empresas para gerirem a economia americana: Robert Rubin, Secretário do Tesouro entre 1995-1999, era CEO (Presidente e Diretor Executivo) da Goldman Sachs; posteriormente, a sua atuação no governo tornou-se parte da presidência do Citigroup, faturando milhões de dólares. Lawrence Summers, Secretário do Tesouro que substituiu Rubin (1999-2001), era Professor de Economia em Harvard; posteriormente à sua saída do Governo, trabalhou como sócio-gerente do fundo de hedge D.E. Shaw & Co., e como palestrante em instituições financeiras in-

cluindo Goldman Sachs, J. P. Morgan Chase, Citigroup, Merrill Lynch e Lehman Brothers. Os dois são responsáveis por modificar a lei americana de fusões de bancos, o que permitiu ao Citigroup tornar-se o maior conglomerado financeiro do mundo. Essa nova configuração abriu a possibilidade de incorporação de bancos menores pelos grandes conglomerados, concentrando ainda mais o mercado financeiro, além de torná-los responsáveis por travarem qualquer alteração na legislação que regulamentasse o sistema financeiro americano. Greenspan (2007), chairman do FED no período anterior à crise, é notório por sua posição e políticas liberais. Em seu livro *Universalidade e Crescimento Econômico*, publicado alguns meses antes do início da crise, ele defendeu que a recuperação econômica americana após o colapso da NASDAQ e os atentados de 11 de setembro de 2001 aconteceram em razão da “flexibilidade”, em outras palavras, da liberalização dos mercados para se autorregular. Para Greenspan (2007), a regulamentação do governo é uma garantia formal cujas consequências aumentam muitos os custos das transações. A solução seria deixar que o mercado se regulasse através da “reputação”, que as partes obteriam pela sua “honestidade” e “integridade individual”.

Para desenvolver flexibilidade, os mercados competitivos devem ser livres para promover os seus próprios ajustes, ou seja, os participantes do mercado devem ter liberdade para alocar propriedade da maneira que lhes parecer mais adequada. Em geral, as restrições à precificação, ao endividamento, às associações e às práticas de mercado retardam o crescimento. Seu oposto, a desregulamentação, se associa cada vez mais com “reforma”. [...] Minha conclusão, suponho

que seja a de muitos outros reguladores, é que a primeira e mais eficaz linha de defesa contra a fraude e a insolvência é a vigilância das partes (Greenspan, 2007, p. 249, grifo do autor).

O filme apresenta, também, como os responsáveis pela quebra dos bancos não foram punidos e as investigações acabaram sendo descontinuadas; percebe-se que essas pessoas foram, na verdade, premiadas. Um dos principais responsáveis pelo insucesso da regulamentação do sistema foi Henry Paulson, CEO do banco Goldman Sachs, que em 2004 impediu que se estabelecesse um teto máximo para o endividamento dos bancos. Paulson, em 2006, foi nomeado Secretário do Tesouro pelo Presidente George W. Bush, e ao deixar o Goldman Sachs, vendeu seus ativos que eram baseados em produtos tóxicos, faturando milhões com a transação. O filme não mostra, mas Lawrence Summers tornou-se Diretor do Conselho Econômico Nacional Americano e foi cogitado para presidente do Federal Reserve na administração Obama. Independentemente da filiação partidário-ideológica dos presidentes americanos, o pensamento econômico hegemônico é que legitima e organiza a economia americana e, por consequência, faz o mesmo com quase a totalidade da economia ocidental.

É a Teoria Econômica Neoclássica que demoniza qualquer intervenção do governo para regulamentar a economia e preconiza a total desregulamentação e privatização. Assim, é a teoria hegemônica que legitima e organiza logicamente no plano teórico a instituição da economia. Os mecanismos de legitimação do pensamento econômico neoclássico procuram reificar o seu modelo da economia. Consideram que o modelo liberal, ou melhor, neoliberal, do capitalismo é o ordenamento natural do mercado, que,

por sua vez, é consequência da propriedade privada. A propriedade privada é considerada um fato natural e objetivo. Ao objetivar essa apreensão do mundo social, permite-se que as suas prescrições e seus desdobramentos, mesmo que prejudiciais para as sociedades como um todo, sejam tomadas como verdades inelutáveis, tornando-se uma fatalidade inevitável. Isso permite, inclusive, que os economistas, políticos e grandes empresários neguem qualquer responsabilidade sobre os acontecimentos: consideram como uma possível consequência do processo econômico que, por sua vez, é capaz de corrigir-se por si mesmo, desde que não haja qualquer intervenção.

No entanto, dentro da própria Teoria Econômica existem controvérsias sobre como a economia se desenvolve e como ela deveria funcionar. A crescente complexidade e especialização da economia tem criado, ao longo do tempo, subuniversos de significação, que são produzidos por grupos particulares que tentam legitimá-los e objetivá-los como a explicação “verdadeira” para o problema econômico. Ao mesmo tempo, os defensores da Teoria Econômica hegemônica tentam desacreditar, deslegitimar e liquidar os defensores das teorias contrárias, utilizando-se, quase sempre, não só do “conhecimento” que possuem, mas dos amplos recursos econômicos investidos para financiá-los (uma rápida leitura de revistas como *The Economist* e a *Veja*, no Brasil, ou uma visita aos sites dos “institutos liberais” que se proliferam pela internet, podem demonstrar como são colocados em prática os mecanismos utilizados com esse objetivo).

Joseph Stiglitz (2015) considera que, na prática, a situação não está se modificando. Não houve nenhuma punição significativa compatível com o tamanho dos prejuízos para os responsáveis pela crise; além disso, alguns dos mecanismos de regulamentação, impostos

pelos governos logo após o epicentro da crise, já começam a ser revistos em favor de novas desregulações. Stiglitz (2015) indica, também, que existe um movimento das grandes corporações pressionando o governo americano a modificar os acordos internacionais de comércio, com o objetivo de impor alterações fundamentais nos modelos jurídicos e regulamentares para isentá-las de contribuições e responsabilidades, e, ao mesmo tempo, favorecê-las em relação ao comércio, investimento e propriedade intelectual.

Referências

BERGER, T. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tradução Floriano de S. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

GREENSPAN, A. **A era da turbulência**. Tradução: Afonso C. C. Serra. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2007.

STIGLITZ, J. A secreta tomada do poder pelas corporações. **Project Syndicate**: the world's opinion page, 13 mai. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ZFSjA2>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Referências audiovisuais

CHARLES, H. Ferguson. **Inside Job**. [Filme-documentário]. Produção de Charles H. Ferguson e Audrey Marrs, direção de Charles H. Ferguson. Estados Unidos: Sony Pictures Classics (presents), Representational Pictures, Screen Pass Picture. 106 min.

Notas

1 Mestre em Filosofia (UFRN). E-mail: anselmocarvalhooliveira@yahoo.com.br

2 Esses casos não são isolados aos EUA e ainda recorrentes. Maria Elena Hurtado mostra, no artigo *Scandals put teaching of economics in the dock*, publicado em 16/05/2015, como essa promiscuidade está no centro de escândalos econômicos recentes no Chile. Disponível em: <<http://goo.gl/a1J9eo>>. Acesso em: 30 nov. 2016.